

*Entrevista realizada em 22/05/2023*

**Entrevistada: Ana Paula Mendes de Miranda<sup>1</sup>**

Entrevistadores: Hully Falcão, Marcos Veríssimo

Transcrição e edição: Hully Falcão e Dylla Neves



*Figura 1 Entrevista realizada no Paço Imperial - RJ*

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1993) e Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2002 - doutorado direto). Docente do ensino superior, desde 2000, e Professora do Departamento de Antropologia desde 2009 (Associada IV). Integra o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e é docente colaboradora do Mestrado Acadêmico em Justiça e Segurança, ambos da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1 D, desde 2023, e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ - 2021). É coordenadora do Ginga, grupo de pesquisa voltado a estudos sobre conflitos étnico-raciais-religiosos, ativismos e mobilizações no enfrentamento ao racismo religioso; pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC) da Universidade Federal Fluminense. Foi integrante da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia. Líder do diretório de pesquisa "Antropologia Política e Conflitos: pesquisas empíricas sobre burocracias, religiões e mobilizações sociais". Atualmente exerce os cargos de Coordenadora do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública e de Coordenadora do Ginga UFF. Na UFF atuou na gestão como Coordenadora do PPGA-UFF (2012 a 2014), Coordenadora do Stricto Sensu da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal Fluminense (2014-2017) e Assessora de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (AFiDE/UFF) (2017-2018). Realizou outras atividades de gestão em políticas públicas como Coordenadora Adjunta dos Programas Profissionais da área de Antropologia e Arqueologia, na CAPES (2018-2022); Coordenadora do Núcleo de Informações sobre Segurança e Violência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (2008-2009); Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública (2003-2008); Coordenadora do Grupo de Estudo "A violência na escola e a violência da escola" na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (2002). Tem experiência na área de Teoria Antropológica (Antropologia Jurídica e Antropologia Política), atuando principalmente em pesquisas sobre os temas: formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; gestão da informação em segurança pública; crimes, conflitos e percepções da violência; manifestações de intolerância religiosa e discriminação racial.

Hully: Boa tarde, Ana Paula! Obrigada por ter aceitado o convite do LABIAC e da Revista Campo Minado para dar essa entrevista! A Revista Campo Minado está na quinta edição e as atividades da revista estão inseridas nas atividades do LABIAC, que é o Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC). A ideia, desde a primeira edição, é entrevistar pessoas que tenham notoriedade, sejam conhecidas e reconhecidas como atuantes no campo da segurança pública e, como pesquisadores também. A gente já entrevistou o Pedro Heitor, o Luís Roberto Cardoso de Oliveira, a professora Lana Lage e, agora, você! Muito obrigada por ter aceitado o convite! Passo a palavra para o Veríssimo, para falar um pouquinho do LABIAC e como a ideia da revista surgiu.

Marcos Veríssimo: O LABIAC surgiu inicialmente da ideia de ser voltado para os estudantes do Tecnólogo em Segurança Pública da UFF<sup>2</sup> e, aí, a gente foi implementando várias ações e procurando incrementar uma agenda acadêmica nos polos regionais, que existem em escolas públicas e acabam muito pobre academicamente. E, durante a pandemia tivemos a ideia de fazer uma revista na qual a gente pudesse publicar os artigos dos pesquisadores da área - tanto os consagrados, quanto os iniciantes - e, também, dos estudantes do Tecnólogo. Uma das sessões da revista é essa de entrevista na qual a ideia é produzir uma memória sobre a pesquisa em segurança pública, ter essa sessão da revista, da Campo Minado, como um lugar de produção da memória sobre estudo de segurança pública e foi com esse espírito que a gente te chamou para poder contribuir com isso!

Hully: A gente queria que você falasse um pouco da sua trajetória acadêmica, como que foi a graduação e como foi sua inserção na vida acadêmica?

Ana Paula: Primeiro, gostaria de agradecer o convite! Eu me sinto muito honrada de dar essa entrevista! Parabéns pela revista, eu acompanho! É muito difícil começar qualquer trabalho, ainda mais no contexto da pandemia. Conseguir fazer coisas nesse momento que, de alguma maneira, todos ficaram paralisados, é sempre uma coisa importante de ressaltar! Bom, eu fiz Ciências Sociais na UFF. Quando eu fui fazer vestibular, na época eu não tinha muita clareza do que eu queria fazer, eu estava muito na dúvida entre fazer Jornalismo, que era uma coisa que eu pensava em fazer, ou fazer Ciências Sociais. Quando eu fiz a seleção, na hora de marcar, acabei botando Ciências Sociais achando que eu não tinha uma formação que daria para passar no vestibular, porque naquela época o

---

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense.

curso de Comunicação era muito concorrido como opção. Mas eu queria fazer Ciência Política. Antropologia jamais tinha passado pela minha cabeça! Eu sempre fui uma pessoa muito envolvida com política, minha vida é atravessada por política, então, fazer Ciência Política fazia muito sentido para mim.

Eu passei para a UFF no primeiro período, que foi uma surpresa, pois não achava que seria tão bem classificada, já que eu tinha feito Escola Normal<sup>3</sup>, o que me dava uma insegurança sobre a aprovação. Na época eu peguei ainda o vestibular que era unificado na Cesgranrio. Quando comecei a graduação eu trabalhava, já era professora. Eu dava aula na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, e era infernal sair da Tijuca e estudar em Niterói à noite. No primeiro semestre acabei pegando só duas disciplinas e detestei todas. Fiquei me perguntando se fazia sentido continuar e tranquei a matrícula. Só voltei um semestre depois. Quando voltei eu já tinha passado no concurso para prefeitura do Rio como professora e dei uma sorte porque eu estava trabalhando numa escola que é no Forte da Urca, então, era mais perto e era de manhã. Assim, eu saía de casa e ia trabalhar, almoçava no colégio, pegava um ônibus, descia na Praça XV (de Novembro). Ainda passava ônibus na Praça XV! Isso era em 1988.

Retomei o curso bastante desanimada, achava que as coisas não faziam nenhum sentido do ponto de vista da prática e isso sempre me incomodou muito. Nunca entendi muito teoria que não dá conta da realidade. Até que eu peguei uma disciplina com o Kant<sup>4</sup> de Lima, ele tinha voltado dos Estados Unidos há pouco tempo. A professora Glauca Maria Pontes Mouzinho<sup>5</sup> era minha colega, ela já estava na faculdade há mais tempo, mas a gente acabou fazendo uma disciplina junto e o Kant estava selecionando naquele

---

<sup>3</sup> Formação de ensino médio com o objetivo de formar professores para atuarem no magistério. O curso foi realizado no Colégio Estadual Julia Kubitschek.

<sup>4</sup> É Coordenador do INCT-InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, Coordenador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC/PROPI/UFF), Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (UVA), Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Mestrado em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor Titular Aposentado do Departamento de Antropologia e Professor Aposentado Adjunto do Departamento de Segurança Pública da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Professor Emérito da UFF, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências, Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo do Brasil, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A, Bolsista do Programa Cientistas do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> É professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas onde atua na linha Desenvolvimento, Ambiente, Políticas Públicas, Conflito e Cidadania. É pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT/InEAC), além de coordenar o Curso de Especialização em Organização e Gestão em Justiça Criminal e Segurança integrante da Rede Nacional de Altos Estudos da Senasp - MJ.

momento gente para trabalhar na pesquisa. Eu passei na seleção e comecei a trabalhar com o Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto<sup>6</sup>, a Glaucia Mouzinho e a Rosane Carreteiro no projeto: “Práticas Jurídicas e Práticas Acadêmicas: a Tradição Inquisitorial na Sociedade Brasileira em uma perspectiva comparada”, e começo a perceber que Antropologia podia ser interessante.

A mudança de interesse não teve muito a ver com o tema da pesquisa, mas com a possibilidade de trabalhar com pesquisa. Trabalhar a temática da Justiça e Segurança jamais tinha passado pela minha cabeça. Não era uma coisa, assim, que eu desejasse. Pelo contrário, eu nunca quis trabalhar com os projetos sobre polícia. Se vocês olharem os meus textos, não são os meus primeiros trabalhos. Eu vou trabalhar com o Kant para estudar o **cartório**<sup>7</sup>. A ideia do registro, pensar como a **burocracia** funciona, eram as coisas que me interessavam.

Ao longo da vida fui aprendendo que tudo que eu não queria, eu acabava fazendo. Então, era melhor eu parar de falar certas coisas, porque coisas que eu disse: “não quero trabalhar com estatísticas”, por exemplo, e eu passei bons anos da minha vida trabalhando com isso. Não falo mais das coisas que não gosto! Eu prefiro fazer o que eu gosto e fico calada, porque vai que eu falo e acontece! Foi assim que a gente começou esse trabalho, que não tinha muita gente e nenhuma estrutura.

Eu fui chamada na Secretaria de Educação para fazer parte de um projeto (Centro de Memória da Educação), que acabou virando o que hoje é o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro<sup>8</sup>, estou falando ainda da final da década de 1980, início da 1990. Meu trabalho era relacionado à produção de memória e documentação.

Mas o pessoal que trabalhava junto ao Kant tinha bolsa, éramos pouquíssimos privilegiados que tínhamos bolsa do CNPq. Eu lembro quando chegou o primeiro computador do ICHF<sup>9</sup>, o Kant olha para mim e para o Paulo Gabriel e diz: “vocês têm que aprender a usar esse negócio aí, nos Estados Unidos todo mundo usa. Vocês têm que

---

<sup>6</sup> É professor associado do Departamento de Antropologia e do PPGA da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM) da UFF.

<sup>7</sup> Ver: MIRANDA, A. P. M. Cartórios: onde a tradição tem registro público. Antropolítica (UFF), Niterói, v. 8, p. 59-75, 2000.

<sup>8</sup> É um espaço destinado à construção e preservação da memória da Educação no Município do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

aprender fazer”. Eu fiquei imaginando como a gente aprenderia, pois ninguém sabia usar! Apareceu um sujeito que sabia um pouco e deu umas aulas para nós dois e para um funcionário do ICHF, e foi assim que as pessoas foram aprendendo e as coisas foram acontecendo. Bora lá, temos a oportunidade, vamos fazer!

Durante meu período na graduação não tinha mestrado na UFF, só no Museu Nacional e na USP. Mas já tinha sido aprovado a criação do mestrado em Antropologia, só que eu estava grávida naquele ano (1994), então eu não fiz a seleção. O meu então marido tinha que fazer o doutorado e optou por ir para a USP. Por isso, fomos para São Paulo, como já estava lá, fui estudar na USP.

Sempre tentei conciliar a vida acadêmica com a minha vida pessoal, nunca deixei de fazer nada, mas sempre é uma sobrecarga para a mulher. Embora a USP<sup>10</sup> não tenha sido um lugar dos sonhos, foi um lugar bastante viável. Na época a FAPESP<sup>11</sup> tinha as condições de trabalho muito melhores do que as outras agências de fomento, então, eu conseguia ter dinheiro para vir fazer pesquisa no Rio de Janeiro, isso em 1997, 10 anos depois da graduação. Eu entrei para a UFF em 1987, terminei em 1992 [Bacharelado], 1993 [Licenciatura], entro na USP em 1997 e fico até 2002. Fiz o doutorado direto, não por uma escolha minha, na época foi uma decisão do programa. Foi o momento em que mudaram todas as regras da pós-graduação do país e tinha uma pressão por redução de prazos. Eles escolheram alguns alunos naquela época cujo tema eles achavam que eram temas que sustentavam tese. Assim, eu acabei fazendo a passagem do mestrado para o doutorado direto. Por isso não defendi a dissertação, depois me arrependi, pois dava para ter feito. A minha orientadora (Maria Lúcia Aparecida Montes<sup>12</sup>), que era uma pessoa maravilhosa, achou que o tema sustentava direto uma tese.

Hully: Muito obrigado Ana Paula! Então você entrou meio por acaso no tema de Segurança Pública. Pelo que eu entendi, a partir da Antropologia do Estado, e aí gostaria que você falasse um pouco mais dessa relação da Segurança Pública com a Antropologia do Estado

Ana Paula: Eu sempre quis pensar política e Estado. Quando eu fui trabalhar com as práticas de fiscalização da Receita Federal - que era o tema da minha dissertação e da

---

<sup>10</sup> Universidade de São Paulo.

<sup>11</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>12</sup> Foi Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

tese<sup>13</sup> - percebi que a Receita não deixa de ser um tipo de polícia, aliás, a definição de poder de polícia está no Código Tributário, que é um campo importante do Direito Administrativo, que é a coisa mais inquisitorial que existe no Brasil. O Direito Penal é muito duro, já que a pena de privação de liberdade tem consequências pesadas para as pessoas. O Direito Administrativo é inquisitorial na essência. Você está lutando contra o Estado, sinto muito, você já perdeu de lavada! Então, ao trabalhar com a Receita, já estava pensando ali uma série de situações, de procedimentos administrativos, que traziam toda uma discussão sobre as forças de opressão por vias burocráticas.

O primeiro contato mais direto com a segurança começa quando eu ainda estava fazendo doutorado e o Kant me escreve informando que tinha sido convidado para escrever um artigo para a BIB<sup>14</sup>. Ele chamou a mim e ao Michel Misse<sup>15</sup>, que foi uma das revisões feitas sobre a temática de Segurança, Justiça e Violência. Alguns artigos foram escritos antes por Alba Zaluar<sup>16</sup> e pelo Sergio Adorno<sup>17</sup>, teve depois o artigo da Jacqueline Muniz<sup>18</sup> com a Haydée Caruso<sup>19</sup> e todos acabaram virando referência. Nessa época o

---

<sup>13</sup> MIRANDA, A. P. M. Burocracia e Fiscalidade? Uma Análise das Práticas de Fiscalização e Cobrança de Impostos. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.

<sup>14</sup> Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Ver: LIMA, R. K. ; MISSE, M. ; MIRANDA, A. P. M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123, 2000.

<sup>15</sup> Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2000. Professor Visitante na Universidade de Chicago (2022). Professor Visitante, de 2019 e 2021 no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense. Professor Visitante na Universidade de la Frontera, Chile (2018). Visiting Scholar na Universidade do Texas em Austin (2017). Professor Visitante na Universidade de Lille, França (2009). Professor Titular de Sociologia aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador 1-B do CNPq. Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

<sup>16</sup> Passou em concurso para Prof. Livre Docente da UNICAMP e para Professor Titular em Antropologia Social da UERJ. Foi professora titular de Antropologia do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro onde fundou em 1997 e coordenou o Núcleo de Pesquisa em Violências (NUPEVI) com inúmeras pesquisas quantitativas e qualitativas no tema das violências doméstica, policial, urbana, vinculada ao tráfico de drogas. Aposentou-se em junho de 2012 e passou a atuar como professora visitante no IESP/ UERJ.

<sup>17</sup> Atualmente (desde 2004) é Professor Titular em Sociologia da FFLCH- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Coordenador Científico do Núcleo de Estudos da Violência - USP (1990-atual), Presidente da ANDHEP- Associação Nacional de Direitos Humanos

<sup>18</sup> Professora adjunta do Departamento de Segurança Pública e do Mestrado de Justiça e Segurança Pública (DSP), Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (IAC) da UFF. Professora do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social CECIERJ/UFF. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Conflitos e Sociedade - NECSO/DSP/IAC-UFF. Sócia fundadora da Rede de Policiais e Sociedade Civil da América Latina e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Integrante da Rede Fluminense de Pesquisadores sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos.

<sup>19</sup> Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

NUFEP<sup>20</sup> já existia e a Roberta Côrrea<sup>21</sup> veio trabalhar com a gente, ajudando a organizar a base de material que usamos para escrever esse artigo. Ali naquele momento talvez tenha sido o primeiro episódio em que eu me envolvo diretamente com esse tema.

Então, eu volto para o Rio em 2000, ainda não tinha terminado a tese, voltamos ao Rio de Janeiro com dois filhos e precisando de um emprego. O CESeC<sup>22</sup> tinha acabado de ser criado, a Julita Lemgruber<sup>23</sup> estava selecionando gente. Eu me candidato à vaga para trabalhar com a Jacqueline Muniz, que eu já conhecia, porque quando eu entrei na graduação a Jacqueline era da UFF, ela foi minha veterana. Mas a Julita decide que eu ia trabalhar no projeto com ela, sobre as Ouvidorias de Polícia no Brasil. Eu e a pesquisadora Sonia Duarte Travassos<sup>24</sup> fizemos todo trabalho de campo dos cinco estados<sup>25</sup>. Esse acaba sendo o primeiro trabalho específico em que estou direto trabalhando com a polícia e, na sequência, quando a Rosinha<sup>26</sup> é eleita, o Jorge da Silva<sup>27</sup> é convidado a trabalhar no ISP<sup>28</sup> e que pede ao Kant indicação de alguém para a coordenação do grupo de pesquisa, e o Kant me indicou. A princípio, eu não quis aceitar, mas daquelas coisas da vida que você não quer e acaba fazendo, eu acabo assumindo o grupo de pesquisa por onde já tinha passado Jacqueline Muniz e Michel Misse. Naquele momento, Jacqueline já estava no Governo Federal, ela me chamou também para ir com ela para Brasília, mas eu não tinha como conciliar tudo isso com dois filhos pequenos. Fiz a escolha de ficar no Rio, era

---

<sup>20</sup> Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense

<sup>21</sup> Doutora em Antropologia (PPGA-UFF). Integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), coordenado pelo prof. Dr. Roberto Kant de Lima.

<sup>22</sup> Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

<sup>23</sup> Atualmente é coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e membro do conselho diretor do International Drug Policy Consortium (IDPC). Foi diretora do Departamento do Sistema Penitenciário, ouvidora de polícia do Estado do Rio de Janeiro e membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça.

<sup>24</sup> Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde 1995.

<sup>25</sup> Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

<sup>26</sup> Rosinha Garotinho, Governadora do Rio de Janeiro de 2003 a 2007.

<sup>27</sup> Jorge da Silva foi um importante pesquisador, antropólogo e coronel da Polícia Militar. De acordo com a descrição de seu Lattes, temos o seguinte: Pós-Doutorado na Universidade de Buenos Aires / Equipe de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Letras (2006). Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (2005); mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (1998); mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense / Instituto de Letras (1972); graduação em Direito e em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1970 e 1972, respectivamente); Todos os cursos regulares do oficialato da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, corporação em que chegou ao último posto, o de coronel, e em que ocupou altas funções. Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ (aposentado), onde foi coordenador executivo da Coordenação Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas em Ordem Pública, Polícia e Direitos Humanos.

<sup>28</sup> Instituto de Segurança Pública (ISP).

2003, já tinha defendido a tese em 2002 e, tal como acontece hoje, uma ilustre doutora desempregada.

As questões da conjuntura fizeram com que o trabalho no ISP crescesse de um jeito que eu não imaginava. Porque na época que a Rosinha era governadora ela enfrentou uma série de conflitos na segurança pública, o que fez com que Garotinho virasse secretário de segurança em abril de 2003. A gente já estava no ISP há alguns meses fazendo nada, não havia dados. Jacqueline e Michel fizeram um grande trabalho, mas dentro da lógica “faz e desfaz”, o trabalho que eles tinham feito tinha sido todo perdido. E é quando ele [Garotinho] chama o Jorge da Silva e pergunta o que era preciso para fazer o ISP funcionar. Ele responde que precisava de computador, gente especializada para trabalhar e precisava que os dados chegassem, porque a polícia não repassava o banco de dados. Garotinho falou para o Jorge que sabia como a polícia funcionava e ia fazer acontecer. No dia seguinte estava lá quase tudo que foi solicitado.

Uma das coisas que a gente fez, que eu acho que é um marco no trabalho, não foi só no processo de produção dos dados internamente e discutir uma política de gestão da informação, porque a gente fez isso, não era só pegar e produzir uma interpretação, mas a gente discutiu como é que essa política se institucionalizaria e aí o fato de a Jacqueline estar na SENASP<sup>29</sup> naquele momento fez toda a diferença, pois isso não era coisa somente do Rio de Janeiro, era uma questão nacional e ela transforma isso também numa política nacional, vinculando o envio de recursos à existência desses dados organizados, então, as coisas se casaram. Teve a estratégia de pensar também uma política de divulgação. O ISP teve um papel fundamental com os boletins que a gente produziu, os dossiês que a gente inventou, como o Dossiê Mulher<sup>30</sup> e uma série de publicações que nós fizemos na época, junto como uma ação de divulgação por meio de entrevistas coletivas.

Uma coisa que a gente conseguiu articular também, do ponto de vista de política, é que eu precisava de equipe para trabalhar e o estado não podia contratar. Foi negociado com a FAPERJ<sup>31</sup>, que passou a fazer descentralização financeira e pagando bolsa eu consegui contratar gente. Coincidiu também com um dinheiro que existia, doado pela

---

<sup>29</sup> Secretaria Nacional de Segurança Pública.

<sup>30</sup> Publicado pela primeira vez em dezembro de 2005, foi organizado por Ana Paula Mendes de Miranda, Andréia Soares Pinto e Lana Lage. Fez parte do Programa de Qualificação Estatística, que também incluía o Dossiê Criança e Adolescente, o Dossiê da Pessoa Idosa, dentre outros.

<sup>31</sup> Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.



União Europeia, que rodava há muito tempo no Brasil e ninguém conseguia executar. Naquele momento houve uma conjuntura política na qual a Secretaria Nacional de Direitos Humanos bancou fazer um convênio e conseguimos fazer um conjunto de projetos com esses recursos, no campo da formação policial e nos Conselhos Comunitários de Segurança.

Diria que existiu um ambiente propício para fazer as coisas no campo da organização de dados. E isso não tem nada a ver com a avaliação sobre o que foi o governo Rosinha Garotinho na área de segurança e a formação de milícias. Isso é muito importante, porque quando a gente fala de política pública, no senso comum, a gente tende a pensar na lógica da ambiguidade - uma coisa ou outra – acontece que não é assim que a política pública funciona. Prevalece é a lógica da ambivalência, as duas coisas estavam valendo ao mesmo tempo. Num mesmo governo há coisas que são absolutamente reprováveis e outras que são fundamentais acontecendo. Isso é muito difícil quando a gente está lidando com a política da vida real, porque óbvio que é muito mais fácil ficar “cancelando” as pessoas por uma dimensão simplista da história. Na vida real, a concreta produção da política e a possibilidade de transformar qualquer realidade passa por engolir sapo, abacaxi, pepino e seguir fazendo. Eu ouvi barbaridades no governo e coisas até piores na universidade, nem por isso desisti...

A gente conseguiu construir uma equipe, que é um ponto muito importante, pois não dá para trabalhar com esse tema individualmente, que eu acho que também é um mérito do Kant na construção de todo o trabalho dele, sempre construiu equipes. Isoladamente com este assunto [segurança pública] você vai acabar virando um mártir.

Hully: Muito bom, Ana! Você trouxe várias questões muito importantes para pensar uma ação de política pública do âmbito da segurança pública e como se dá também a política da vida cotidiana nessas instituições. Como a revista está destinada a um grande público de graduandos, queria que você falasse um pouco mais sobre como foi a sua pesquisa no ISP e como foi sua pesquisa também no doutorado. E aí aproveitando o gancho para falar um pouco sobre a lógica cartorial, pois você é uma das grandes pesquisadoras do tema.

Ana Paula: A “Escola Castro Faria” de formação ensinava que tinha que partir do concreto para, a partir de então, pensar alguma coisa. A minha grande decepção com a Ciência Política foi isso, que era a teoria sem nenhum vínculo com a realidade. Eu diria que toda ciência é política. A gente teve o Kant como orientador num momento em que ele tinha tempo para orientar as pessoas, porque ter tempo para fazer trabalho de campo do jeito que tem que ser feito, dá trabalho. É o desafio de estar no lugar, é construir relação com as pessoas. O ponto do sucesso do trabalho do ISP tinha a ver exatamente com isso, porque mesmo quando os policiais discordavam de mim, eu questionava o funcionamento e demonstrava que sabia como tudo funcionava, pois estava etnografando os processos de produção de dados e mostrava como aquela realidade era. Os fatos são totalmente interpenetrados pelos cenários, pelas pessoas. A história faz parte desse processo. Você não trabalha com política sem pensar a história e sem pensar nos jogos políticos, todos os projetos que a gente fez no ISP, mesmo sendo projetos que tinham caráter de aplicabilidade, como o projeto sobre o conselho de segurança, os projetos na área da produção de dados, da formação policial tudo foi embasado num trabalho de uma pesquisa, formada por meio de um diálogo horizontal. A gente se sentava com os policiais discutia tudo. Tinham umas coisas engraçadas, não era só aborrecimento... Esse episódio, eu acho que ele é muito importante como demarcador de tudo que a gente conseguiu fazer. Quando a gente fez o primeiro evento para começar a produção e divulgação de dados, eu era a coordenadora e Jorge o presidente e tinha como vice-presidente do ISP um outro coronel. E aí eles montaram um grande café da manhã para os delegados e para os coronéis, para fazer apresentação do projeto. Depois de quinze dias ia ter um outro evento para os policiais que iriam trabalhar nessa ação e, quando eu fui tratar desse segundo evento, informaram que não ia ter café da manhã, só um “biscoitinho”, pois não havia dinheiro. Eu avisei que se não houvesse café da manhã igual, não haveria evento. Assim foi feito, pois cancelei o evento e a notícia correu a polícia. De que uma garota desafiou o coronel porque não tinha café da manhã igual ao primeiro evento. Fizeram queixa de mim ao Jorge, mas ele concordou que tinha que ter o café da manhã “igualzinho” ao primeiro. E assim foi. O que chegou de policial me perguntando se eu realmente tinha desafiado o coronel... Para mim foi uma coisa bem simples, era preciso demonstrar que tratávamos todos da mesma maneira, era um sinal de que não estávamos de brincadeira.

De novo volta para o empírico. O detalhe não é um mero pormenor, quem faz Antropologia sabe disso. O detalhe é o que faz toda a diferença. É no detalhe que a gente transforma as coisas.

No projeto que eu fiz sobre homicídios no ISP, teve um estudante que trabalhou com a gente, que também trabalhou no NUFEP. Um dia eu percebi que aquele menino estava em sofrimento muito profundo ao ler aquelas coisas. Foi aí que eu descobri que um parente dele havia sido assassinado, e aí intervi, sugeri que ele fosse trabalhar com outro tema. É um limite que quando eu comecei a estudar ninguém nunca falou disso comigo. Hoje eu acho que a gente fala mais. É uma dimensão da ética que não é muito falada, aí lembro do seu trabalho<sup>32</sup>, Hully, porque hoje toda discussão sobre a ética é só sobre as formalidades e umas coisas que não levam muito a lugar nenhum. A cartorialidade é a produção de poder sobre o outro a partir dos registros burocráticos. Eu comecei a pesquisa sobre cartórios, mas na verdade eu só fui entender efetivamente o que era esse poder cartorial estudando a Receita, porque a Receita é o lugar onde isso acontece<sup>33</sup> como demonstração de uma longa tradição de funcionamento do legalismo formalístico que revela nossa forma de governar como um domínio patrimonial-burocrático, segundo o qual os indivíduos são desprovidos de iniciativa e de direitos.

No caso do imposto de renda e o seu simbolismo, em outros impostos isso tem outro sentido, tem muito casal que o marido ou a mulher não sabem o que o cônjuge declara no imposto de renda. Mas o Estado sabe. É nesse poder que eu estou pensando. O fiscal tem todos os controles sobre você, não existe a possibilidade de erro, eles podem errar, você não pode errar nunca. Tem multa, tem sanções, e tem o arbítrio, que no caso da Receita, toda a discussão que eu faço sobre a ideia de “sócio do estado”, que é uma coisa que até hoje eles se ressentem e que os outros fiscos, alguns fiscos municipais e alguns estaduais ainda mantém, que é a participação das multas. É uma relação de sociedade, que obviamente leva ao fabrico das multas. A cada operação o sujeito ganhava um apartamento. Isso coloca um sujeito que tem um poder maior do que o do Estado, pois esse Estado impessoal não existe.

---

<sup>32</sup> "Burocracia da ética": uma análise antropológica sobre a regulação da prática da pesquisa científica no Brasil, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense, 2019.

<sup>33</sup> MIRANDA, A. P. M. Fisco e cartórios: exemplos de burocracia à brasileira. In: Souza Lima, Antonio Carlos de. (Org.). Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. 1ed. Rio de Janeiro / Brasília: Contra Capa / LACED / Associação Brasileira de Antropologia, 2012, v. , p. 276-285.

A dimensão do poder cartorial está nos registros, no poder da escrita. Com toda tradição ibérica e o processo de produção da colonização, é o poder de instaurar a verdade e essa verdade produzia os seus efeitos, que eu e Maria Pita chamamos de *estatalidade*<sup>34</sup>. O Estado é uma ficção dos filósofos, Radcliffe Brown<sup>35</sup> tinha razão, mas ela é uma ficção que produz efeitos. Se eu leio um livro de ficção, aquilo pode não produzir nenhum efeito em mim, mas o Estado é uma ficção que produz efeitos, quando pode ou não casar? Pode ou não comprar aquilo? Pode ou não ficar livre? Quem pode ir? E quem pode fazer certas coisas? Essa dimensão que a etnografia permite explicitar. Na verdade, ela não está contando novidade nenhuma, mas a gente está demonstrando aquilo que os outros fingem que não existe. A pesquisa tem esse poder de demonstração, opinião a gente dá no botequim. Se bem que a gente também fala de ciências no botequim! Já fazemos isso muito antes desse negócio dos ingleses inventaram e virar essa grife do *Pint of Science*<sup>36</sup>.

Hully: Muito obrigado, Ana Paula! Essas duas perguntas se complementam: como você chegou nos estudos sobre intolerância religiosa, estudos raciais, e como esses dois temas - a intolerância religiosa e os estudos raciais - se vinculam à segurança pública.

Ana Paula: Eu cheguei até esse tema através da Segurança Pública. Eu tinha acabado uma pesquisa sobre homicídios, trabalhava na Universidade Cândido Mendes, já tinha saído do ISP e tinha finalizado essa pesquisa sobre homicídios<sup>37</sup> e trabalhava com o Ubiratan de Oliveira Ângelo<sup>38</sup>, ex-comandante da Polícia Militar. Estávamos em uma reunião na Cândido, na época estava sendo discutido a criação de um bacharelado em Segurança Pública, a gente estava junto nesse projeto, o Kant também estava fazendo essa mesma discussão, como bem sabemos, e eu até participei de algumas reuniões no ICHF como professora de outra universidade, tentando mostrar que esse debate já existia. Aí o

---

<sup>34</sup> Ver MIRANDA, A. P. M. DE; PITA, M. V. Rotinas burocráticas e linguagens do estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 59-81, out. 2011.

<sup>35</sup> Foi um antropólogo e etnógrafo britânico. Ver RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1970. Preface. In: FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). African Political Systems Oxford: Oxford University..

<sup>36</sup> Maior festival de divulgação científica em bares e restaurantes do mundo

<sup>37</sup> Ver MIRANDA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. B. ; PAES, V. F. . A reinvenção da 'Cartorialização': análise do trabalho policial em registros de ocorrência e inquéritos policiais em 'Delegacias Legais' referentes a homicídios dolosos na cidade do Rio de Janeiro. Segurança, Justiça e Cidadania, v. 4, p. 119-152, 2010.

<sup>38</sup> Oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro

Ubiratan, que era uma figura muito irônica, virou para mim e falou para irmos numa reunião que eu ia “gostar” porque antropólogos adoram uma confusão, que teria muitos “macumbeiros” falando que os terreiros estavam sendo atacados. Chegando na Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR), e ele estava coberto de razão, eu adorei aquele lugar, não queria continuar trabalhando diretamente com as polícias, estava de fato interessada em procurar outros assuntos para pesquisar. O Ivanir dos Santos, o interlocutor da CCIR sempre diz que na época nenhum pesquisador olhava essa perseguição aos terreiros. Quando comecei ninguém estava olhando para isso.

Eu tinha acabado de ganhar um projeto do CNPq<sup>39</sup>, e a gente fez o primeiro levantamento dos casos envolvendo o que se chamava de intolerância religiosa. Fizemos isso nas delegacias, pesquisamos no judiciário e começamos a acompanhar os processos e tentando entender o que isso significava na cena política e como isso se diferenciava e, se diferencia até hoje, de outras dimensões que envolvem o racismo, porque a intolerância religiosa envolvendo terreiros é uma dimensão do racismo, certamente que sim. Mas do ponto de vista de uma discussão teórica, a intolerância é um fenômeno que pode atingir qualquer religião e o que acontece com os terreiros é muito específico! Não é igual ao que acontece com os outros grupos religiosos, é uma intencionalidade de ataque por uma única e exclusiva razão: é africano, é do demônio e tem que destruir...

É muito diferente dos conflitos que envolvem as disputas entre católicos e evangélicos. Talvez seja equivalente a pensar no conflito entre judeus e muçulmanos, pois ali também se apresenta uma ideia de destruição também. Não estou fazendo hierarquia de valor, só estou pensando no fenômeno como tal. Não existe isso na intolerância contra os terreiros, eles são constantemente atacados e não podem reagir, pois afinal eles são do demônio. E aí eu comecei a olhar isso e trabalhar como a bibliografia que era absolutamente nova, porque eu nunca havia trabalhado com isso.

Debruçada na bibliografia fui vendo quão preconceituosa também era a literatura antropológica, que vinha com uma ideia de que os terreiros não se organizavam, quando na verdade os terreiros apanham de todos os lados, o tempo todo. E aí eu começo a fazer um trabalho que, de fato, se diferencia dos trabalhos que foram feitos nesse campo, porque eu não vou pela abordagem da antropologia da religião tradicional, então, não estou discutindo culto, eu não estou discutindo a competição de quem é mais puro em uma

---

<sup>39</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

disputa por legitimação. A minha discussão segue sendo política. Começamos a inventariar uma série de situações que eram típicas do século XVIII e XIX, que não tinha cabimento de continuar acontecendo. Comecei a me envolver com as pessoas, me envolver com a militância, e não era nada diferente do que eu já fazia na minha vida. Então, assim, o fato de eu ser uma mulher branca, claro que tem questões nesse universo, é evidente, mas as pessoas sempre entenderam que, primeiro, para terreiros eu não sou uma branca qualquer, porque eu tenho um cargo dentro da religião. Eu não chego me apresentando desse jeito, pois não chego com o argumento de autoridade, mas quando perguntam, sim, eu sou ekedi<sup>40</sup>, então, eu não sou ninguém de fora. E, a partir dessa dimensão eu comecei a trabalhar e pensar uma antropologia enredada, que não é uma antropologia engajada. Qual é a diferença? O engajamento ele é sempre de fora para dentro – “eu preciso que você se engaje na minha luta, vocês não são de dentro, e eu preciso do apoio de vocês”. Já o enredamento, ele conta com as pessoas que já fazem parte daquele cenário de diferentes maneiras. Eu faço parte como ekedi, mas eu faço parte também como pesquisadora e faço parte também como militante, então, eu sou de dentro. Agora, tem de dentro mais de dentro do que outros? Evidente. Se eu fosse uma mulher preta, seria mais de dentro, mas essa dimensão permite com que eu não discuta certas situações, pois eu não estou competindo com ninguém nesse sentido. Isso recoloca algumas discussões sobre o lugar da militância na pesquisa.

Fechando sobre a entrada nesses temas, em resumo, eu estava cansada de trabalhar com certos assuntos e eu queria de alguma maneira me divertir fazendo pesquisa, porque terreiro é muito divertido. Terreiro é festa, tem comida, as pessoas estão contando para você coisas muito tristes, muito duras, mas estão reinventando a sua vida. Pensar a dimensão da transformação também é muito interessante para ver como é que a pessoa reconstrói a parte desse cenário. Como a última pesquisa que eu trabalhei foi com homicídio, e nessa pesquisa a gente já via os efeitos da milícia, lembro-me claramente disso.

Era muito “desesperançador” aquele trabalho. Trabalhar junto aos terreiros, mesmo vendo coisas tão duras, você consegue continuar com um trabalho de esperançar<sup>41</sup> junto a universidade. A questão do movimento das cotas, que transforma a universidade

---

<sup>40</sup> Posição no interior da hierarquia de algumas matrizes da religião do Candomblé.

<sup>41</sup> Esperançar para Paulo Freire é construir a transformação, o que se diferencia da ideia de uma esperança que se associa a ideia de espera.

em realidade para esse universo de estudantes é muito importante. Teve um momento desse percurso com os terreiros que eu só tinha estudantes negros, o que acaba sendo um desafio também, afinal, o racismo está em mim, que sou uma mulher branca. Não tem essa de não ser racista, todos nós somos. Como falam, a sociedade é racista, o racismo é estrutural, portanto, a universidade é racista, mas estamos tentando fazer alguma coisa diferente, e essa temática possibilitou fazer essa estratégia. Quando eu começo a pesquisar fora do Rio foi também uma escolha política, que teve a ver com as minhas funções de gestão na UFF, pois na época estava trabalhando na pró-reitoria. Eu comecei a perceber que se não inventasse um jeito de sair dali eu não ia conseguir pesquisar. Porque eu não conseguia ir a nenhuma atividade daqui, pois eu estava engolida pelas atividades administrativas, primeiro, pela própria UFF, depois pela CAPES e não conseguia mais ter tempo para a pesquisa. E eu nunca aceitei a possibilidade de trabalhar só com o material empírico que meus alunos fazem, não estou criticando quem faz, mas eu não consigo fazer, pois se a pesquisa é a parte que eu mais gosto dessa carreira, eu me recuso a renunciar a ela. Se eu tenho que fazer várias coisas que eu detesto, não vou renunciar à pesquisa. Já ouvi de colegas: “ah você gosta de burocracia”, não gosto. Só não dá para viver no Brasil e não se meter com esse tema tão “desqualificado”, como alguns pensam. Fazer burocracia é parte da vida de um professor, de um pesquisador. Você pode apenas ser professor, e não precisar se envolver, e tudo bem. Mas quando você está em uma carreira de pesquisa a burocracia é inerente. Não é um tripé (pesquisa/ensino/extensão), é um quadripé (pesquisa/ensino/extensão e gestão).

Aí eu começo a pesquisar em Maceió para me obrigar a sair do Rio, porque eu estando lá ninguém poderia atrapalhar, pois eu estava fazendo trabalho de campo para o projeto e tinha que prestar conta. Agora, por que Maceió? Maceió aconteceu o Quebra de Xangô, maior destruição de terreiro da história do Brasil e que quase ninguém sabe disso. Quando eu descobri isso, fiquei chocada porque a minha família é de Maceió e eu conheço muito da história política daquele lugar. No dia que eu descobri o trabalho do Ulisses Rafael<sup>42</sup>, que é professor na Federal de Sergipe, eu fiquei muito chocada e lembro que

---

<sup>42</sup> Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFS). Ver RAFAEL, Ulisses Neves. Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: EDUFAL, 2012.

cheguei a conversar com meu pai e ele falou que isso tinha acontecido mesmo e indicou um texto do Arthur Ramos<sup>43</sup>.

Depois de um tempo conheci o Ilzver de Matos<sup>44</sup>, e aí começou o projeto também em Aracaju e eu fui vendo que sair do eixo do Rio era fundamental porque era preciso pensar o que acontece em terreiros de outros lugares. O que a gente pretende fazer no projeto “Política de terreiros”<sup>45</sup>, é tentar dar conta de todas as capitais. Essa é a meta, até, então, acho que já conseguimos ir a oito capitais. O que importa na pesquisa empírica é pensar que os ataques aos terreiros estão acontecendo em muitos lugares, mas não é tudo a mesma coisa. Belém é uma capital que teve uma série de assassinatos de pais de santo e que tinha também a ver com homofobia, mas só saiu nos jornais locais. Esses cenários diferenciados desembocam numa discussão sobre Segurança Pública, porque a gente volta a falar sobre direitos. E aí eu retorno também para a discussão sobre a produção de dados, pois as polícias não registram nem racismo em situação de flagrante, o que dirá casos de racismo religioso. Então, os dados não são produzidos pela polícia, pois ela seguirá se recusando a registrar. O racismo é a maior coleção de “casos isolados” da história da humanidade. Quem conhece o cotidiano do racismo sabe que é todo dia, toda hora a mesma coisa. O que eu tenho tentado trabalhar na discussão teórica, que bastava um caso para conseguirmos pensar uma política pública que não seja apenas acumulativa. Até porque acumulativa não dá em nada, já temos muitos homicídios de homens negros no Brasil e ninguém faz nada! Quando a gente vê como as vítimas ficam destruídas é pesado. É muito pesado porque você está mexendo em uma coisa que é fundante na vida da pessoa. Também é importante reconhecer que o Estado é o principal violador de direitos no Brasil, de diferentes maneiras, com tons mais pastéis ou mais intensos em determinados lugares, em determinados contextos, mas ele não garante nada.

Agora a gente precisa defender a função do Estado. A gente precisa defender que ele tem que fazer diferente. Por que que a militância toda defende que tem que ir lá registrar? Ninguém acredita que a polícia vai tratar ninguém direito! O povo sabe disso, ele não é ingênuo não. Acontece que se abrir mão dessa ficção, o que que tem de opção

---

<sup>43</sup> Arthur Ramos (1903-1949) foi um dos principais antropólogos brasileiros do século XX, tendo sido um dos principais agentes na institucionalização das ciências sociais no Brasil.

<sup>44</sup> Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe (2023 - atual). Bolsista de Pós-doutorado Sênior CNPq (2022 - atual).

<sup>45</sup> MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A 'Política dos Terreiros' Contra o Racismo Religioso e as Políticas 'Cristofascistas'. Debates do Ner, v. 40, p. 1-27, 2021.



no lugar? Nada melhor. Essa ainda pode proteger alguém, então, bora brincar com essa enquanto é essa que se tem. Evidente que se deseja outra coisa, deseja-se uma sociedade sem nada desses conflitos.

Hully: Você pode falar um pouco mais sobre o GINGA<sup>46</sup> e como foi receber o Prêmio Marielle Franco? Inclusive, vinculando a essa antropologia enredada.

Ana Paula: O grupo de pesquisa já existia<sup>47</sup>, mas eu resistia muito a criar um núcleo porque já tem o NUFEP, já tem o NEPEAC<sup>48</sup>, parecia uma competição entre nós mesmos, não fazia sentido fazer um negócio desse. Então, eu tinha lá o meu grupo trabalhando, mas eu botava oficialmente como NUFEP ou NEPEAC. Quando vem a ideia de criar o GINGA, tem a ver com o desdobramento já das pesquisas que estou fazendo desde 2008, numa relação com as militâncias e uma demanda que esses movimentos trazem para a universidade é a falta de devolutiva, o que estamos devolvendo? A gente devolvevia muita coisa, mas pelo lugar de visibilidade onde os “macumbeiros” que estão reunidos, não era só uma discussão do racismo, mas de tudo que envolve a demonização dos terreiros e a possibilidade de articular e desmontar um preconceito muito grande que tem em relação aos terreiros.

Outro dia eu estava conversando com uma pessoa que é do meu terreiro, e é professor de Educação Física, e ele estava contando que um amigo dele se surpreendeu quando soube quantas pessoas tinham mestrado ou doutorado no terreiro dele, a pessoa não conseguia acreditar que aquilo fosse verdade. Mas é muito comum, todo mundo acha que é um monte de ignorante. Já me perguntaram, já me fizeram essa pergunta, como é que eu, uma pessoa tão estudada, como fui parar nesse negócio de macumba. Eu acho absolutamente razoável que as pessoas não entendam, porque se a gente consegue esconder o racismo em outras circunstâncias, quando se trata de terreiro, não esconde. É o “tá amarrado em nome de Jesus”, o “chuta que é macumba”. Então, é hora que a pessoa

---

<sup>46</sup> O GINGA-UFF é um grupo de pesquisa voltado a realizar pesquisas sobre os conflitos de natureza étnico-racial-religiosa

<sup>47</sup> "Antropologia Política e Conflitos: pesquisas empíricas sobre burocracias, religiões e mobilizações sociais".

<sup>48</sup> Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos

não consegue disfarçar! O racismo cordial vai disfarçando um monte de coisa, mas a reação diante dos terreiros não se disfarça.

Eu estou insistindo no termo macumba pelo duplo sentido dessa palavra. Macumbeiro pode chamar alguém de macumbeiro, mas os outros não podem, senão vira ofensa. A nossa estratégia é problematizar o racismo dirigido aos terreiros. A gente começou a tentar inverter a presença dos signos macumbeiros como ofensivos para tentar fazer disso uma outra coisa, tentar demarcar esse lugar, como um lugar aonde a gente vai para discutir política pública. E, aí, o GINGA surgiu para isso. E GINGA não é uma sigla, o GINGA é um conceito, que tem a ver com a ideia de movimento, com a ideia do movimento da dança, da política, do movimento da ginga da capoeira e sobre como você vai produzir outra forma de fazer política. Ele surge com este objetivo de pautar uma discussão sobre políticas públicas de questões que são específicas, por exemplo, está garantido na lei o direito à isenção tributária para qualquer templo religioso como as igrejas católicas, evangélicas, entre outras, conseguem, porque tem um aparato judicial. Já os terreiros não conseguem. E por que não conseguem? Basta legalizar os terreiros? Não. As histórias normalmente são em torno de a casa ser posse de uma pessoa que já morreu, tendo a posse do local legalmente precária, ninguém fez um inventário, já morreram vários herdeiros e normalmente a situação jurídica daquela propriedade é frágil. É uma propriedade privada de uso coletivo, cujo cenário as pessoas não têm dinheiro para resolver a situação juridicamente. Essa é praticamente a regra das situações dos terreiros. Existe meia dúzia de terreiros que são maiores e conseguem ter uma contribuição maior, mas a maior parte deles está excluído. Então tem que fazer inventário? Não! Você tem que mudar a legislação e o jeito de olhar isso! Não é impossível. Salvador fez. Salvador criou uma outra legislação para garantir a isenção de IPTU para os terreiros, exatamente porque identificou que terreiros estavam excluídos da regra.

Aqui, essa sala que estamos fazendo essa entrevista, seria um ótimo lugar, aqui seria um Ariaxé, que seria um lugar necessário onde você planta a base do fundamento do terreiro. Esse desenho no chão é um exemplo ótimo. Esse chão aqui a gente podia dizer que seria um fundamento de Ariaxé, você tem um marco que está plantado no chão, o fundamento do terreiro é plantado no chão, o axé é plantado no chão. Você vai a partir de elementos da tradição exigir que o Estado mude a sua forma de lidar com esses povos tradicionais. Então, o GINGA surgiu para isso.



*Ariaxé seria o ponto dentral do chão*

*Local da entrevista, no Paço Imperial*

A mesma coisa acontece com os atabaques. Eles não são meros instrumentos musicais, eles são alimentados. Eles são também forças. O couro que você usa é o couro de algum sacrifício animal. Você sacrificou o animal, você vai tratar aquele couro de forma específica, e é aquele couro que vai fazer parte do ritual, você dá comida, alimenta aquele atabaque. Quando o policial entra e carrega para fora do terreiro, ele viola todo o processo sagrado. Depois não é só colocar no lugar, vai ter que passar por todo um processo de consagração novamente.

Uma das coisas mais violentas que eu já vi na vida, que os evangélicos que fazem e não veem mal nenhum, que é quando o terreiro está tocando e ficam do lado de fora um grupo de oração exorcizando o terreiro. Eu já vi isso acontecer muitas vezes. É uma violência simbólica imensa. É um desrespeito cívico com o outro.

Voltando à questão da militância, essa relação com a militância não é uma relação de imposição, é uma relação de fato dialógica. Esse é um projeto que tem sido financiado com emendas parlamentares, de parlamentares que estão envolvidos com a temática. A gente trabalhou com o David Miranda<sup>49</sup>, que foi uma perda absoluta, a gente trabalha com a Talíria Petrone<sup>50</sup>, a gente trabalha com a Renata Souza<sup>51</sup>.

A gente também trabalha com outros parlamentares de outras linhas ideológicas, mas que também financiaram emendas e a gente estava lá discutindo com o mandato o que significam políticas públicas para terreiros. Quando fomos à Brasília foi para conversar com parlamentares, porque faz parte do projeto discutir sobre as políticas públicas. Eu participei da CPI sobre intolerância religiosa na ALERJ. Participei de todas as sessões, de todas as reuniões, fazia reunião fechada com os deputados para conversar e explicar certas coisas, coisas que não deviam ser ditas em público, porque uma das coisas que a gente está insistindo e que precisa ser repensada, é como você expõe excessivamente a vítima. Como você revitimiza a vítima. Para aquele caso ter reconhecimento, você explora aquela vítima até não poder mais. Não é possível que a gente continue fazendo isso assim. Essa gente vai continuar sofrendo, já não bastou ser vítima uma vez, ela vai continuar sendo revitimizada. Então, o que a gente pretende é pensar e discutir outras formas. Qual é a solução é evidente que eu não sei. A ideia do enredamento é descaracterizar esse lugar da universidade engajada, que ela é a líder. Eu não sou protagonista de nada! Canso de mandar gente no meu lugar que entende mais sobre determinados assuntos do que eu. Eu só sou a coordenadora do grupo.

E aí não é a discussão do lugar de fala no sentido pejorativo, que acabou se perdendo, que acaba desqualificando a ideia de lugar de fala. É de fato pensar que o pensamento é produzido coletivamente. As experiências são pessoais, mas elas não são intransferíveis. Elas podem ser compartilhadas e transformadas. Se a universidade diz que aqui é o lugar da inclusão, tem um grupo que está aqui e está excluído, pois viveu escondido a vida inteira, porque não podiam aparecer e se manifestar, e esse grupo quer aparecer, ser visto. As pessoas que estão na universidade e são de terreiro não estão reivindicando que a universidade faça o ato religioso, mas o mínimo de respeito a

---

<sup>49</sup> David Michael dos Santos Miranda foi um jornalista, estrategista de marketing e político brasileiro, filiado ao Partido Democrático Trabalhista. Foi deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro

<sup>50</sup> Deputada Federal pelo PSOL-RJ.

<sup>51</sup> Deputada Estadual e Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher pelo PSOL.

determinadas coisas, sim. E, do ponto de vista do espaço público, terá de dar conta de rediscutir os ritos.

A lógica de que mal não faz, que é a narrativa que justifica a presença dos crucifixos e a presença de símbolos religiosos cristãos no espaço público. Só não lembram que isso é o processo de dominação colonial. Pensar uma antropologia enredada para a gente, significa pensar de fato como você produz articulação de redes e como é que você produz mobilizações políticas que não sejam só para visibilidade, porque o que o terreiro ensina é que muitas vezes a briga política é no silêncio. O que sobreviveu à destruição em Alagoas aconteceu no silêncio, porque a Quebra de Xangô produziu um cenário inigualável na história que foi um culto sem atabaque e sem palma. Porque se você tocasse o atabaque e batesse palma, os vizinhos podiam te denunciar, então, se desenvolveu uma nova forma de ritual para sobreviver.

O Leonardo Vieira<sup>52</sup>, em sua dissertação de mestrado feita em Sergipe, também fala de estratégias de silenciamento que não são apenas de imposição, mas são silenciamentos de resistência, é sobre pensar quem tem menos poder. Quando um antropólogo escreve que os terreiros não se organizam, é que a pessoa olha a Marcha para Jesus e espera que a Caminhada de Combate à intolerância tenha o mesmo poder! Como? Você está diante de escalas completamente diferentes! Você tem um projeto de dominação com um dinheiro internacional ou com a extrema-direita ali, e do outro lado tem macumbeiro periférico, sem dinheiro. Juntar meia dúzia de pessoas é gente para caramba! A lavagem da escadaria [da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro], que está no nosso documentário do “Os Caminhos de Xangô”<sup>53</sup>, onde aparece poucas pessoas, é preciso entender o contexto. Era uma segunda-feira, dia de semana, mas as poucas pessoas eram bastante representativas, ali estavam os terreiros mais tradicionais do Rio. Aquele evento foi extremamente significativo do ponto de vista do terreiro. Não é a quantidade só que demanda a dimensão de política pública. A discussão sobre direitos é o oposto do que o Bolsonaro dizia, que é o governo da maioria, não é! Você tem que garantir exatamente a minoria, tem que garantir exatamente que esse unzinho aqui, que ele tem o direito de

---

<sup>52</sup> Integra como pesquisador o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos-INCT/Ineac-UFF. Membro aspirante da Associação Brasileira de Antropologia. Integra como pesquisador o Diretório de Pesquisa Antropologia Política e Conflitos: pesquisas empíricas sobre burocracias, religiões e mobilizações sociais. Membro do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA.

<sup>53</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=scl05ZjTx6o>.

existir. Então pensar o enredamento passa pela questão de como é que a Universidade pode ser um território neutro onde esses grupos, que muitas vezes têm dificuldade de sentar juntos por conta das suas disputas, dentro da universidade eles podem sentar juntos e discutir as coisas. Então, o enredamento da Antropologia deixa de ser colonial, como foi muitas vezes, para ser a possibilidade de pagar essa dívida histórica. Dentro do processo de dominação colonial a antropologia tem muitas dívidas em relação ao racismo. A gente está devendo, a gente tem que pagar e, pagar no sentido de analisar como a gente pode trabalhar para transformar essa realidade. Pensar uma militância que evidentemente passa por essas redes.

E aí o prêmio Marielle Franco foi uma gratíssima surpresa, uma honra, de verdade, porque eu recebi esse prêmio junto com a mãe da Marielle. Foi a primeira versão desse prêmio. E o prêmio de uma mulher que eu conheci, que eu fiz campanha, e que era uma figura incrível e que foi assassinada de uma maneira brutal. Então, eu fiquei muito honrada, pois é o reconhecimento de um trabalho de muito tempo.

A gente ganhou também o prêmio Abril Verde, que foi uma homenagem para o GINGA, que é novinho e já ganhou um reconhecimento de pessoas bastante distintas. Sou uma pessoa que me posiciono de um modo muito contundente, não fico em cima do muro. Política é questão de escolher um lado e, nesse caso, para mim é muito claro, o que é ir pelo lado fascista ou não. É diferente, novamente, dessa ideia de engajamento. Mas quando a gente pensa o que é ser mulher na vida acadêmica, então, não tem como descolar isso. A quantidade de coisas que ouvi ao longo da vida, não só ouvi, como fui submetida a diversos assédios. É um enredamento. Não tem um momento em que eu descole isso da minha identidade, porque o engajamento eu posso estar engajada hoje e amanhã não estar mais engajada.

A gente na academia tem muita dificuldade de lidar com esse tempo da política. Na academia as coisas são muito lentas e isso me incomoda. Eu gosto de coisa rápida, quero resultado, quero transformar. A universidade precisa ser mais rápida. A ciência pode ser mais ágil no sentido da relação com as demandas sociais.

Essas novas gerações não dão conta de certas coisas, e acho que estão certas de não aguentar. Coisas que, certamente, eu e você [Hully], tivemos que aguentar do ponto de vista de gênero mesmo. Você teve que lidar com situações, que todas nós mulheres precisamos lidar, e para nós é infinitamente pior, e principalmente trabalhando com temas

que trabalhei, que não eram exatamente “femininos”, porque tem isso. Mas é muito significativo que você tenha muitas mulheres importantes nesse campo, e eu não posso deixar de pensar nelas, como a Jacqueline Muniz, a Glaucia Mouzinho, a Haydée Caruso, a Luciane Patrício, mulheres que estão próximas da gente, que fizeram e tocaram muitas coisas na política e que todas de alguma maneira são filhas da UFF. Então, acho muito significativo. Sim, temos vários homens que também trabalham nisso com a gente, mas as mulheres não são hábeis em fazer sua autopromoção. Por isso, prefiro terminar falando só das mulheres.

Hully. Perfeito, Ana. Muito obrigada, obrigada mesmo! Muito bom!